

PREÇO 1\$00

N.º 2

O Crime

PUBLICAÇÃO DE ASSUNTOS CRIMINAIS

Grupo

Est.

Mat.

N.º 22.622



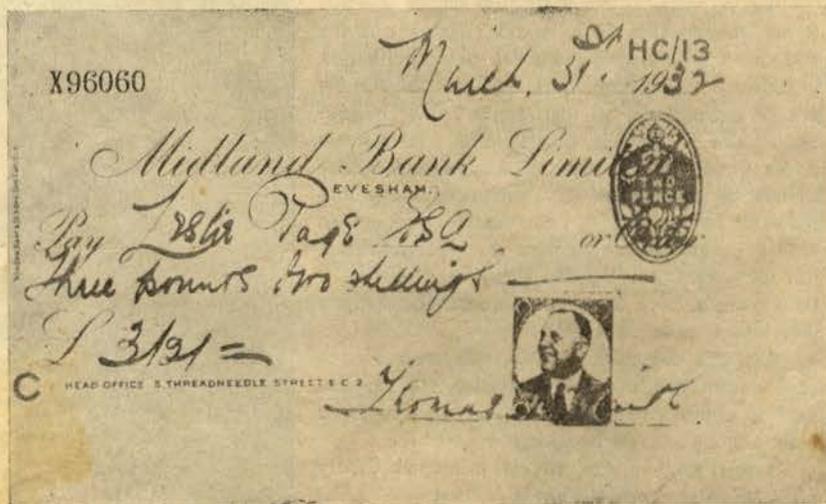
Os tribunais de muitos países estão dotados de aparelhagem sonora

SUMÁRIO

- A nossa Policia
- Sem intenção criminosa
- O estudo dos escritos à maquina
- A pênna de morte
- A Guilhotina e a Arte
- Médico morto por negociantes de cocaína
- Elefante assassino
- Pseudo-delinquencia
- A avareza denunciada pela Grafologia, artigo do dr. Moreno da Fonsêca
- A Dactiloscopia em Portugal
- Erros judiciais
- Policia técnica
- Ciência penitenciaria
- Grafoscopia
- Academia Internacional Criminalistica

Um caso palpitante

de espionagem em Espanha



Para evitar os cheques falsos.

Um Banco inglês só paga com assinatura... e selo contendo o rosto do próprio depositante

Os grandes filmes da época

O LOBO HUMANO

O filme actualmente em exhibição no Odéon e Palácio — «O lobo humano» — não podendo, em boa verdade, sêr incluído no género policial, possui, no entanto, lances emocionantes, dêsses que empolgam as plateias e as obrigam a seguir, interessadas, a novela do princípio ao fim.

Ambiente misterioso, ciência e fantasia, arrojo e imaginação — eis as características desta fita da Universal, que leva, diariamente, aos dois salões imensa gente. Depois, e ainda, «O lobo humano», no original «Werewolf of London», foi realizado por Bergmann Stanley, director que sabe da sua profissão, habilissimo em criar situações palpitantes e de belo recorte cinematografico.

E' original a contextura do argumento.

O dr. Glendon, jovem botanico, parte um dia para o Tibet, em busca duma flôr rarissima: a «Mariposa Lupino Lumino», a qual, segundo a tradição, recebe a vida do luar, como as outras a recebem do sol. De facto, consegue apoderar-se dum exemplar da planta misteriosa, mas em circunstâncias dramaticas, depois duma luta feroz contra um estranhissimo monstro, que o morde num braço.

De regresso a Londres, entrega-se de corpo e alma á experiência de conseguir florir essa planta, com luar artificial, apesar da opposição da mulher, que não se resigna ao abandono a que o marido a vota.

Certa noite, o dr. Glendon recebe a visita duma pessoa misteriosa, o dr. Yogami, que lhe pede licença para acompanhar as suas experiências. O botanico recusa, sem compreender a razão de tão grande curiosidade. Só mais tarde é que comprehende tudo. E' que êle, dr. Glendon, está atacado duma doença muito comum na idade média, que transforma os homens em autênticos lobos, nas noites de lua cheia. E o único antidoto conhecido contra a enfermidade infernal é a «Mariposa», a flôr de que o dr. Yogami deseja apoderar-se a todo o custo. Fôra êle quem mordera Glendon, na inolvidável noite do Tibet.

O que acontece depois não se descreve. Nunca se filmaram quadros tão veementes, tão emocionantes, como os desses dois verdadeiros lobos humanos, á solta, em Londres.

Encarregam-se dos papeis principais *Henry Hull, Warner Oland e Valerie Hobson.*

A distribuição deste maravilhoso filme da Universal pertence á Companhia Cinematografica de Portugal, rua Eugenio dos Santos, 110, 3.º.



O CRIME

Directores: **TOMÉ VIEIRA**
MARIO PIRES

Redacção e Administração:
Rua da Rosa, 233, 2.º — LISBOA
Com. e Imp. TIP. AMERICANA—R. Horto Seco, 50

Editor: ALBINO LAPA
Administrador: JOSÉ NUNES
Telefone 28824

A NOSSA POLICIA

NO artigo de apresentação desta revista, dissemos que, ao contrário de muita gente, não consideramos a nossa Policia incompetente. Merece a pena explicar o nosso pensamento, para que os leitores estejam de acordo conosco, mesmo que nem todos pensem como nós.

Policia é uma instituição, é uma corporação. Não ha instituições nem corporações incompetentes. Pode haver, sim, funcionários dessas instituições que não cumpram, que não saibam cumprir.

Acontecerá isso na nossa Policia de Investigação Criminal?

Conforme! Se partirmos do principio de que todos os funcionarios da P. I. C. devem ser ótimos investigadores, evidentemente que a P. I. C. tem elementos sem competencia detectivesca. Mas, se os collocarmos dentro da função da nossa Policia, havemos de reconhecer que não ha incompetentes, pois cada um tem o seu lugar dentro da «maneira de ser» daqueles serviços.

É preciso «ver» que a investigação criminal no nosso País é diferente da investigação criminal doutros países. A nossa P. I. C. vive — como aliás a propria função de julgar — da prova testemunhal, vive do papel almaço...

Não tem função laboratorial, não possui serviços técnicos. Para ser bom policia em Portugal, o melhor que ha a fazer é saber adivinhar.

Mas ha alguém que adivinhe? Nem as bruxas!

Não temos detectives — ouve-se dizer.

É verdade. Mas os detectives não nasceram feitos — embora a função de policia seja 50 por cento intuição. Ninguem até hoje tem pensado em criar detectives.

É aqueles que existem com os 50 por cento de intuição vivem amarrados

à secretária de amanuense nas respectivas secções.

A Policia merece censura, muitas vezes? Merece, sim senhor! Mas, antes de censurarmos a Policia, façamos um exame á maneira como funcionam os seus serviços. Será, facil verificar que muito se faz para o que é legitimo esperar.

A esse exame procederemos nos numeros seguintes, com toda a calma, e com a intenção de contribuímos para uma apreciação mais justa por parte de quem deve ter pela Policia o respeito que merece uma instituição que existe para bem do publico.

T. Vieira

Em legitima defesa...

A administração de O CRIME, a exemplo do que fazem todas as publicações, tres dias após a remessa do n.º 2, vai enviar á cobrança os recibos de assinatura.

O CRIME é uma revista honesta e honestos são os seus assinantes, dos quais necessitamos para continuarmos a cumprir a missão que a nós mesmos nos impuzemos — a de combater a delinquência. Pedimos a todos a maior brevidade no pagamento, ou na devolução de O CRIME, caso a assinatura não interesse a qualquer das muitas pessoas a quem enviamos exemplares.

Eis o que nos ocorre dizer em legitima defesa...

Sem intenção criminosa...

O aparecimento de «O CRIME»

O acolhimento da nossa revista, por parte do público, foi desvanecedor.

A nossa tiragem teve de ser aumentada e as manifestações de simpatia que recebemos sensibilizaram-nos profundamente. Aceitamos o êxito alcançado pelo nosso jornal, não como o prémio do nosso trabalho, mas como indice animador de que o público vai tomando gosto pela leitura que combate o crime e não por aquela que o estimula. De facto, ha que opôr um dique á publicidade que alimenta a morbidez.

Fazer a reportagem de crimes não é revelar ao leitor toda a minucia moral dos criminosos... ou das victimas. É, antes, uma tarefa util ocultar essa miseria e colaborar com as autoridades para a descoberta dos criminosos — dos criminosos de facto.

As sociedades bem organizadas defendem-se do crime, para não terem necessidade de se defender dos criminosos. Pensando deste modo, «O CRIME» continuará a revelar ao público como se combate a delinquência e a prevenir os seus leitores de como «trabalham» os «lóra da lei», a-fim-de não ignorarem o que constitui a acção nefasta daqueles que, por atavismo ou profissionalismo, tem de ser combatidos e reprimidos.

Maneiras de interrogar

Nos países onde, á falta de elementos de ciência criminal, se tem de usar o processo rotineiro do interrogatorio demorado, do truque e da aparente violencia da incomunicabilidade prolongada, ha uma técnica na maneira de interrogar. O suspeito criminoso é sempre vitima das circunstâncias, quando se descobre que está inocente. Não é de estranhar, pois, que as autoridades, para descobrir a verdade, façam o interrogatorio dos presos, altas horas, indo buscá-los á cela, não os deixando dormir, etc. Isto faz-se em todo o mundo. O que difere é a maneira de interrogar. Muita gente supõe que, nesses momentos, o melhor para interrogar um preso é gritar, barafustar, ameaçar. Nada disso. Nesses momentos, a técnica, a ciência está em interrogar o detido num ambiente de silencio pesado. O silencio tem mais influencia no estado de cansaço do preso do que a gritaria. Os berros, as ameaças, os gritos obrigam o acusado a reagir, a protestar, a defender-se...

Camaradagem

A maneira como o nosso aparecimento foi noticiado pela imprensa só tem uma classificação: — amabilidade. Sabemos que a camaradagem é um sentimento que une e aproxima os homens. Desse sentimento, que presamos no mais alto grau, desejamos viver sempre. A todos os colegas que tiveram palavras de simpatia, noticiando o aparecimento do «O CRIME», os nossos agradecimentos. Se alguns houve que não deram por nós—nós tambem não demos por isso...

O estudo dos escritos à máquina

Como se identificam os documentos dactilografados

Os estudos dos escritos à máquina apresentam tão variados aspectos, sobretudo em relação às investigações cronológicas, que em alguns países, como a América do Norte, há peritos que só se ocupam desta espécie de falsificação.

A história das máquinas de escrever apresenta três fases sucessivas. A primeira a partir de 1714, quando Henry Mill obteve a patente conferida pela rainha Ana, de Inglaterra. Na Austria, Von Knaus, em 1753; na Alemanha, o suíço naturalizado Louis Jacquet, em 1780; na Itália, Pietro, Conti de Cilavegna, em 1823; nos Estados Unidos, William Burt, em 1829; na França, Xavier Progean, em 1833, foram os principais pioneiros dessa invenção.

A segunda fase é a das tentativas comerciais. A mais importante foi a de Giuseppe Ravizza, advogado em Novara, na Itália. Interessado na produção das máquinas de escrever, lançou no mercado a «Cembalo-Scrivano», em 1837. A produção dessas máquinas durou até à sua morte, em 1885, quando a «Cembalo-Scrivano», premiada na Exposição de Turim, em 1858, apresentava já o seu modelo 12.º.

A terceira fase é a da expansão industrial definitiva, quando a Remington Typewriter Co., que era anteriormente uma fábrica de armas explosivas, ofereceu à venda em New York, em Setembro de 1873, o modelo n.º 1, imaginado por Cristófer Latham Scholes, em 1868.

No Brasil, o padre Francisco João de Azevedo, natural de Pernambuco, construiu um modelo original, em madeira, em 1867, obtendo medalha de inventor. A falta de assistência financeira impediu-o de levar adiante a sua ideia. A referência ao padre Francisco João encontra-se na «Condensed History of the Writing Machine», publicada em 1923, por ocasião da grande Convenção comemorativa do meio centenário dessa indústria, na América do Norte.

A pericia dos documentos dactilografados foi metodizada por Albert S. Osborn, aplicando os mesmos princípios básicos pelos quais é determinada a identidade de uma pessoa ou de um manuscrito.

O método de Osborn compreende cinco ordens de estudo: 1.º — o estilo, volume e proporção das letras; 2.º — a relação de alinhamento de cada uma delas com as adjacentes, ou em sentido vertical e horizontal; 3.º — posição vertical da letra em relação à linha de base, isto é, a sua perpendicularidade ou inclinação para a esquerda ou direita; 4.º — comparação do «peso da impressão», superior ou inferior,

à direita ou à esquerda; 5.º — finalmente, aspecto geral das impressões para verificar a presença de defeitos característicos, arranhaduras ou mutilações de fragmentos de tipo, em consequência dos acidentes naturais e uso da máquina.

A análise do estilo, volume e proporções das letras tem por fim principal permitir a «identificação do grupo», isto é, determinar a marca e o modelo da máquina que teria servido para escrever o documento. Todas as máquinas da mesma série de fabricação empregam, salvo excepções muito raras, as mesmas espécies de caracteres. Variam, entretanto, no desenho, volume e proporções, de marca a marca e mesmo de um modelo a outro. Por consequência, a conjugação dos dados colhidos na análise desses elementos, «tipifica» a máquina e oferece muitas indicações preciosas para a identidade.

Quanto ao estilo, ou desenho dos tipos, as variações sobem a mais de um cento. As famílias mais comuns dos caracteres dactilo-tipográficos são, para as máquinas anglo-americanas, o Paica, o Médio Romano, o Primer, o Elite, o Gótico, o Itálico, o Boletim, o Micro, etc.; e para as alemãs, o Paica, o Akten, o Kursiv, o Perl, o Favorit, o Fraktur, o Schwabacher, o Economic, etc.

Cada uma dessas famílias subdivide-se em muitos estilos. A Paica «standard» compreende as seguintes variações principais: — Shaded-Face, com os traços mais grossos; Single-Gothic, somente maiúsculas; Double-Gothic, duas sortes maiúsculas; Large-Paica, com os caracteres ligeiramente maiores; Multigraph, com os espaçamentos laterais mais afastados; Itálico, com o eixo das letras inclinado à direita, em cerca de 65°; Book, com os traços ainda mais fortes que o Shaded-Face; Pin-Point, com as letras formadas por pontos, etc.

O volume dos tipos de máquina é calculado pelo número de letras que podem ser escritas dentro do espaço lateral de uma polegada, ou cerca de 2.54 cm.

A proporção das letras consiste na medida grafométrica, pelos gabaritos de Osborn, para conhecer as marcas e os modelos de diferentes fabricações. Embora os dactilótipos apresentem à vista desarmada uma semelhança muito acentuada dos estilos, é sempre possível descobrir alguma variação de proporção entre eles, correspondentes a duas máquinas de fabricações diferentes. Assim um — 4 — de uma máquina Oliver mede nas suas duas hastas superiores um ângulo de 49°, e um — 4 — da mesma aparência de uma máquina Un-

derwood, mede 54°. Um ângulo das duas hastas de um — A — ou de um — V — pôde variar, conforme as marcas e modelos, de 28 a 35°. Os semi-círculos dos parentesis () variam de 20/100 a 30/100 de polegada e assim por diante, para a maioria das letras, algarismos e sinais.

A análise dos estilos, volumes e proporções das letras exige uma classificação completa de todos os modelos de máquina, de modo a tornar possível o conhecimento da marca de fabricação, por meio destas inúmeras diferenças de formas.

Na prática, a investigação das marcas e modelos deve ser iniciada pelo estudo dos sinais e algarismos que oferecem, com maior rapidez, índices de exclusão dos grupos não concorrentes.

Assim, a análise do simples sinal abreviado — ° — demonstra três formas diferentes muito características: — o — ° — simples, o — ° — com um traço só em baixo e o — ° — com dois traços. O — ° — simples encontra-se, por exemplo, nas máquinas Underwood, L. C. Smith, Royal, Corona, etc. O — ° — com um traço só em baixo, encontra-se nas máquinas Ideal, Kappel, Remington, Oliver, Corona portátil, Smith Premier, etc. O — ° — com dois traços em baixo, encontra-se nas máquinas Imperial, Mercedes, A. E. G., Olympia, Rheimetal, etc.

Os outros sinais que devem ser estudados por serem muito indicativos são, além dos algarismos, o sinal de multiplicar (X), o de somar (+), as fracções (1/2 1/4).

Os caracteres tipográficos das máquinas de escrever encontram-se na extremidade superior das varetas ou alavancas de resalto, presas na outra extremidade, em forma de leque, na peça de segmento. Quando a tecla recebe a impulsão do dactilógrafo a vareta é enviada ao papel que se encontra entre o cilindro e a fita da máquina. Por consequência é natural que nesse movimento, se encontre alguma diferença de alinhamento das impressões, perceptível ao exame micrométrico. Esta diferença pôde-se verificar para cima ou para baixo, para a direita ou para a esquerda da linha ideal do alinhamento, nos três sentidos de contacto: — em relação aos tipos adjacentes e ao prumo da impressão.

Cada letra ocupa ordinariamente um espaço correspondente a 1/10 de polegada em sentido horizontal e a 1/6 em sentido vertical, uma vez que, em cerca de 90% das máquinas em uso, a medida é de 10 letras em cada polegada linear. No alinhamento perfeito, a letra ocuparia exactamente o mesmo espaço. Na realidade, porém, ela encontra-se quasi sempre fóra desse alinhamento para qualquer dos quatro lados do espaço e suas posições intermediárias. Existem, portanto, oito possibilidades de divergências da linha normal, para cada letra impressa.

É preciso notar ainda que nas máquinas modernas, cada alavanca possui dois tipos, um maiúsculo e outro minúsculo, e às vezes três, nas portáteis, por economia de espaço. Esta acumulação de formas de tipos na mesma alavanca, provoca, também, diferenças relativas de dimensão, as quais podem até indicar as diversas espécies de teclado da máquina.

Para o estudo dessas relações de dimensão, Osborn apresenta várias lâminas micrométricas. A principal delas é constituída por quadros de 1/10 de largura de 1/6 de altura, enfileirados em linha horizontal exata, correspondentes ao volume «standard» dos tipos mais usuais. Colocada sobre o documento permite a fotografia dessas divergências, de modo muito claro para a demonstração pericial. As lâminas micrométricas de rede Zeiss ou Leitz, em 1/2 mm., ou 1/4 mm., aplicáveis às oculares dos microscópios, também servem para o estudo em questão.

O estudo da perpendicularidade da letra em relação à linha de base também oferece elementos seguros de identificação.

A posição das varetas dos tipos, presas em forma de leque no segmento semicircular da máquina, provoca naturalmente um ligeiro desvio de prumo dos tipos, sobretudo nas varetas que se encontram nos extremos desse segmento. Este desvio ainda mais se acentua com o uso da máquina, pelos acidentes comuns no trabalho de dactilografia como, por exemplo, os embaraços das varetas provocados pelo toque simultâneo de duas letras próximas, etc.

A verificação dessa perpendicularidade é feita através do transferidor de Osborn. É composto de linhas verticais afastadas 5.º para a esquerda e para a direita da linha de prumo, que forma um ângulo recto com a linha da base da escrita. Qualquer diferença característica é imediatamente acusada pelo instrumento e pede ser demonstrada por meio da fotografia.

A superfície dos tipos das máquinas de escrever é ligeiramente concava para que seja possível ajustar-se na superfície convexa do cilindro, onde ambas se encontram. Esse ajustamento não é absolutamente perfeito. Há sempre uma diferença de intensidade de contacto. É o que se denomina «o peso da impressão».

Nas escritas feitas com uma fita nova, este peso torna-se menos visível porque a abundância da tinta supre a menor intensidade da impressão. Quando a fita é

mais usada, essas diferenças aparecem mesmo a olho nú. Neste caso, pôde-se verificar a localização do peso, isto é, se a parte mais forte da impressão se encontra em cima, no meio, em baixo, à direita, ou à esquerda do desenho.

Além dos acidentes acima mencionados, que alteram a impressão dos tipos, é preciso incluir outros, como as mutilações de fragmentos de tipo, as arranhaduras, etc., que caracterizam a máquina de modo convincente.

Duas máquinas da mesma fabricação e modelo, postas em uso, apresentam em muito pouco tempo acidentes de impressões capazes de as distinguirem com facilidade.

A análise do conjunto do escrito à máquina pôde revelar as alterações fraudulentas, por adição, emendas ou enxertos.

Quando há uma adição produzida, em momento diferente, da escrita primitiva, a linha horizontal das impressões afasta-se do paralelismo regulado pela máquina. O prolongamento desta linha, pela análise, pôde demonstrar se existe possibilidade de encontro à esquerda ou à direita, com as linhas adjacentes. Neste caso, a adição é quase sempre certa.

Um outro exemplo característico de falsificação por adição se dá quando as linhas escritas se encontram desnecessariamente compactas sobre uma assinatura. Esta compressão é indicio de que houve

preocupação d economia de espaço para conter o texto antes da assinatura já escrita.

O autor do presente estudo teve oportunidade de provar uma destas adições, numa investigação importante. Os falsificadores, que exploravam certo capitalista, enfermo mental, obtinham dele assinaturas em papel em branco, sob um pretexto qualquer. Este papel era então impresso em forma de nota promissória, servindo a assinatura do enfermo como endossante. Num desses documentos, os falsificadores fizeram uma declaração à máquina, de cinco linhas, em espaço um, muito compactas sobre a assinatura em questão. Entretanto, todo o resto do documento, abaixo desta assinatura, se encontrava em branco, não sendo, portanto, compreensível aquela economia, senão pela circunstância do nome estar já assinado.

O estudo da disposição geral do texto, modo de espaçamentos, nas aberturas dos períodos, distância regular com as margens livres do papel, provocando ou não a sinuosidade em sentido vertical do começo das linhas, emendas constantes do texto, trocas de letras, uso desigual da tecla dos espaçamentos, etc., pôde indicar se se trata de um escritor exercitado ou de um principiante. Mesmo em se tratando de um profissional, certos hábitos do toque do teclado, da maneira especial de prender o papel, além de outros sinais, oferecem elementos bastante interessantes.

Em outra investigação do conjunto do documento, pôde ser indicado, entre dois acusados, aquele que realmente havia escrito o documento. O texto tinha sido composto com uma máquina alemã da marca «Ideal», com teclado muito completo, contendo as vogais — a — e — o — acompanhadas do — til — em um só tipo e, além disso, estas vogais simples, e o til separado em outra tecla. As palavras que tivessem letras com um til podiam ser, assim, escritas ou com o tipo especial, do teclado alemão, ou com o tipo comum dos teclados sintéticos, adicionando-se o til separado. No caso em questão, havia o uso do tipo especial, o que era observado por ser este menos usado que os outros, dando por isto uma impressão mais nova. No material gráfico dos acusados havia essa circunstância reveladora: num, o — a — era sempre impresso com o tipo especial, enquanto que no outro, o — a — era impresso em dois momentos. Fácil foi, portanto, indicar qual dos dois era o autor da escrita.

Uma praga... de carcereiro

Aqui há tempos, um diário publicou este telegrama:

«PRAGA — Foi preso o carcereiro da cadeia de Valachak, que deixava sair de noite os presos que tinha à sua guarda, dos quais uns iam ficar em casa das famílias e outros dedicavam-se ao roubo, especialmente de generos alimentícios que eram utilizados na cozinha da cadeia. Além disso, os reclusos que ficavam na prisão juntavam-se numa sala e jogavam as cartas com o carcereiro. Não raro a estas festas assistiam mulheres.»

Não achamos extraordinário o facto, porque sabemos mais e melhor. Guarde o leitor o próximo número e verá o que é, aliás, o que foi a vida dos presos numa penitenciária americana.

“LACTOBILINA”

Comprimidos de bilis com fermentos lacticos e cascara sagrada.

Usados na constipação crónica, insuficiência de figado; enterocolite.

Dão-se amostras a quem as pedir.

Laboratorio Farmacologico

J. J. Fernandes, L.^{da}

R. Alves Correia, 187 - LISBOA - Telef. 2 6476

Todos os que presam uma boa leitura, devem lêr e recomendar a revista «O CRIME».

ANTONIO FEGO

ADVOGADO
Telef. 23725

ESCRITORIO
Rua da Prata, 250, 2.º-D.10
LISBOA

RAMADA CURTO

ABRANCHES DE FIGUEIREDO

ARNALDO ADLER

ADVOGADOS

Rua Nova do Almada, 59-2.º

TELEFONE 2 1176

Qual é o fundamento filosófico e jurídico da pena de morte?

As penas de contidas nos códigos modernos têm como fundamento a intimidação. Notas essenciais da pena são também a exemplaridade e a correccionalidade. As sociedades têm, não só o direito, como o dever de defender-se dos elementos perturbadores da ordem, mas essa defesa deve ser eminentemente utilitária. O delinquentes é um ente rebelde, inadaptado, e a sociedade vê-se obrigada a preservar-se das rebeldias. Ao mesmo tempo, deve procurar que os indivíduos, que, pela sua conducta, demonstram inadaptação ao meio social, não usem a violência e sejam cidadãos cumpridores dos seus deveres. É o mesmo que dizer que a sociedade se propõe corrigi-los. As teorias correccionais caracterizam-se, pois, pelo seu aspecto utilitário, tutelar e defensivo.

A pena perdeu, por isso, a característica de vingança, para converter-se em educadora. Apesar disso, e também pelo facto de representar um mal e um sofrimento físico, é intimidativa e exemplar.

As penas primitivas eram as de Talião: olho por olho, dente por dente... Leis de Moisés, copiadas do código babilónico de Hammurabi, que data de 2.250 anos antes de Cristo. E' nesses preceitos legais, implantados pela humanidade há mais de quarenta séculos, que se funda a pena de morte — a pena de morte que ainda vigora nos povos civilizados do nosso tempo, com todo o refinamento e com toda a crueldade das sociedades primitivas.

É a intimidação o elemento fundamentado para conservar nas leis a pena de morte? É a exemplaridade o motivo pelo qual os povos civilizados impõem e executam a pena última?

Os estudos, as observações, as estatísticas demonstram de maneira irrefutável que a sentença máxima nem é intimidativa, nem exemplar.

A pena de morte — dizem-no penalistas da escola positiva, como Lombroso e Garofalo — é selectiva, darwiniana.

Darwin nunca considerou a morte como meio seleccionador das raças. Se a sentença capital tem de aplicar-se a todos os que, por procreação, podem degenerar a raça, resulta evidente que não é o delicto o único motivo pelo qual se deva tirar a vida aos homens.

O fundamento da pena de morte, baseado em razões selectivas, fica pois reduzido a um absurdo que não resiste à critica mais elemental. Depois, para ser abolicionista, basta um pouco de convicção, de humanitarismo e de amor à Justiça.

Por mais duma vez, em várias nações, no julgamento de criminosos, foram applicadas duas, três e quatro penas de morte ao mesmo individuo. O código, nesses países, prevê a sentença capital para o autor dum assassinio. Se este praticou dois ou três crimes de morte, os tribunais applicam-lhe duas

ou três penas... Isto é absurdo. Não se pode impôr à mesma pessoa mais do que uma pena capital, porque, como diria La Palisse, cumprindo a primeira, as outras não poderão applicar-se...

Afinal, a pena de morte não é precisamente a perda da vida.

É, antes, a certeza de que num dia e numa hora determinada se extingue violentamente a vida do sentenciado. Esses momentos horríveis, que «Victor Hugo» versou nas paginas tragicamente sublimes do «Ultimo dia dum condenado à morte», constituem, de facto, a maior tortura, o maior sofrimento moral — quantas e quantas vezes superior ao físico — do sentenciado. Hauptmann, o condenado pelo crime de que foi vitima o filho de Lindbergh, entrou três vezes na sala das electrocuções, esteve de «quarentena» por

três periodos, no decorrer dum ano. O carpinteiro alemão sofreu espiritualmente os efeitos de três sentenças de morte.

Não sabemos se Hauptmann foi ou não auctor ou coauctor da morte do bebé. Este crime, praticado numa criança innocente e terna, é um delicto repugnante. Mas admitindo que o carpinteiro assassinou, mesmo assim, os inimigos da pena capital podem pensar como Voltaire e dizer que «um enforcado não serve para nada». O cadaver de Hauptmann não devolveu aos esposos Lindbergh a vida do filhinho. Deu apenas — o que é muito — á historia uma pagina de crueldade, que, oxalá, sirva para os homens, contrictos, pensarem que as leis de Talião são barbaras e representam um anacronismo inhumano. O direito repressivo continua sendo um direito tutelar, a pena um bem que se impõe, e a sociedade uma mãe carinhosa para os filhos enfermos ou desviados do caminho do dever.

A Guilhotina e a Arte

A guilhotina é pelo menos 300 anos mais antiga que o dr. Guillotin, médico francês de quem tomou o nome a celebre máquina de cortar cabeças, segundo se pôde demonstrar por um quadro austriaco que existe em Viena. O inventor da moderna guilhotina não foi Guillotin, mas outro médico francês chamado dr. Louis. De 1789 a 1793, a máquina de cortar cabeças foi chamada popularmente «Louisotte» pelo seu verdadeiro inventor. Depois, chamou-se guilhotina porque o dr. Guillotin propôs à Assembleia Nacional o seu uso, abolindo o machado e a espada para decapitar os condenados. Já no século XV se usava no sul da Alemanha uma máquina para decapitar. Isto demonstra-se num quadro antigo, que é uma das melhores obras da exposição de pinturas góticas austriacas, organizada pelo Museu de Arte de Viena. O quadro pintado pelo «mestre do Mosteiro de Ambach», que morreu no ano de 1490, representa uma decapitação, na qual se utiliza uma máquina, que, como a guilhotina, consiste numa larga lâmina obliqua, que desliza entre duas colunas de madeira. Entre as outras obras de arte que se exibem, figura um valiosissimo altar lavrado em relvêo dos primeiros anos do século XVI. Foi descoberto numas águas-furtadas do Palácio Imperial de Viena. Debaixo de uma capa de pintura cinzenta, descobriram-se as resplandecentes côres originaes quasi intactas. O altar representa um crucifixo com mais de cem figuras, quasi todas com características individuais verdadeiramente surpreendentes. O Cristo da Dör é um dos melhores

Quantas galinhas foram roubadas?

Um bando deladões de galinhas, que andou praticando as suas proezas durante bastante tempo nas proximidades de Aix-la-Crepelle, respondeu perante o tribunal pelo roubo de 850 galinhas, nem mais uma, nem menos uma.

Os ladrões não concordaram com a quantidade. Confessaram ter roubado só um casal de frangos, acossados pela fome; mas a policia conseguiu encontrar o modo exacto e comprovar o número de aves desaparecidas. Em casa de um dos ladrões foram encontrados oito sacos cheios de penas. A policia tomou conta dos sacos e, graças aos seus técnicos, determinou de modo exacto e preciso o número de galinhas que correspondiam às penas encontradas.

Cada saco pesava quinze libras. Mercê de uma série de calculos, os técnicos averiguaram que sete galinhas produzem uma libra de penas. Por isso o número de galinhas que correspondia à quantidade de penas encontradas era de oitocentas e quarenta. No entanto, os técnicos afirmam que a cifra deve ser elevada a dez porque é preciso ter em conta a quantidade de penas perdidas.

Os ladrões renderam-se perante o trabalho dos técnicos e foram condenados.

exemplares da arte gótica de Viena. Julga-se que pertenceu a um crucifixo da Catedral de Santo Estevão. Com a boca entreaberta dá a impressão de que sofre de uma forte dor de dentes. Entre os fiéis de Viena há a crença de que desaparecem as dores de dentes, quando se recorre áquella imagem.

OS NEGOCIANTES DE COCAÍNA

provocam a morte dum médico espanhol, que, no Chile, se dedicava ao estudo da repressão do tráfico de estupefacientes

Há tempos faleceu em Valparaíso, Chile, o médico espanhol dr. António Pagador, um dos mais entusiastas combatentes contra o comércio de estupefacientes. O dr. António Pagador, entre outras missões de carácter oficial de que fez parte para estudo das medidas de repressão do terrível negócio, foi delegado em 1924 ao Congresso Internacional de Alcaloides, que se realizou em Genebra, sobre o patrocínio da Sociedade das Nações. Foi desde então que aquele médico redobrou de intensidade na campanha que já mantinha activa contra os traficantes. Escreveu livros, publicou folhetos, fez conferências; trabalhou sempre, demonstrando, pelos resultados dos seus estudos, a necessidade que há de todas as nações dedicarem a máxima atenção ao assunto, que está constituindo um verdadeiro flagelo. Tinha fixado residência em Santiago do Chile, que era como que o centro das suas operações.

Conhecedor profundo do assunto desde a cultura da coca (de onde é extraída a cocaína) até ao seu comércio ilegal, ao seu contrabando e ao resultado maléfico e desmoralizador de tal droga, o dr. António Pagador fazia frequentes viagens ao México, ao Perú e a Nova York. Regressava desta última cidade a Santiago do Chile, quando uma grave e fatal doença o vitimou. O distinto médico viajava a bordo do vapor «Santa Clara», quando, ao passar no porto de Colon, Panamá, se sentiu doente. Seguiu viagem até Valparaíso, onde faleceu.

Durante muito tempo ninguém atribuiu a morte do dr. Pagador a um acto criminoso. Ultimamente, porém, chegaram informações ao conhecimento da família do médico, que levam a acreditar ter ele sido vítima de um crime de envenenamento, hábilmente planeado e executado pela poderosa quadrilha de contrabandistas de alcaloides, que naquele clínico tinha o mais terrível e valioso adversário. O dr. António Pagador havia conseguido ultimamente que o governo do Perú lhe aceitasse o projecto de regulamento e controle do comércio ilegal de cocaína, cujas bases constituíam a morte, o extermínio do contrabando daquele alcaloide, contrabando de que vivem centenas de peruanos, alguns dos quais ocupando cargos de destaque na vida daquele país.

Tudo indica que o veneno foi adicionado num copo de leite que o médico tomou

Quando o dr. Pagador adoeceu, tinha o vapor «Santa Clara» atracado ao porto de Colon. O médico desembarcou bem disposto, nada fazendo prevêr que, daí a horas, adoeceria e de tal maneira que, doze dias

depois, lhe sobreveio a morte. Quando voltou para bordo, contou que, após ter tomado um copo de leite num restaurante da-quele porto, se sentira mal disposto. E a má disposição que se transformou em doença mortal nunca mais o deixou.

Quando chegou a Valparaíso, onde alguns amigos e colegas o aguardavam, o estado do médico causou graves apreensões.

E vinte e quatro horas depois falecia, tendo os seus assistentes elaborado um relatório que concluía deste modo: «Com as informações do enfermo e os sintomas objectivos, principalmente do coração, diagnosticamos uma miocardite tóxica».

Um dos maiores amigos e admiradores do dr. António Pagador, que acompanhava dia a dia a acção combativa do médico espanhol, era o chileno sr. Luiz Gomez Silva, que, como o falecido, residia em Santiago do Chile. Foi ele quem revelou à família do médico factos pelos quais é possível acreditar num crime. O sr. Gomez Silva, abordado por um jornalista, contou:

— Os inimigos do médico espanhol sabiam que ele tinha descoberto os segredos da sua organização. Estava próximo o dia em que o seu trabalho de muitos anos seria coroado de êxito. O dr. António Pagador, em breve revelaria ao mundo as proporções que o tráfico de estupefacientes atinge, assim como denunciaria a forma como operam os contrabandistas. Tudo o dr. Pagador conhecia. Veja que, para melhor obter elementos para o seu trabalho, chegou a hospedar-se no Hotel Martini-que, cujo proprietário é um dos componentes da poderosa organização internacional de contrabando de alcaloides. Não imagina quanta gente e quais os interesses

ligados ao tráfico de estupefacientes. Funcionários categorizados, indivíduos com posições sociais elevadas fazem parte da organização, que tem agentes em todo o mundo.

«Era preciso toda a cautela e o dr. Pagador trabalhava muito às claras, expondo-se a perigos. Era tal o conhecimento que o médico espanhol tinha do assunto que, baseado em números seguros, conseguiu fixar em 23 milhões de dólares o lucro dos contrabandistas durante o ano de 1930.

Sintomatica intercepção da correspondência da Sociedade das Nações

— Acredita, então, que o dr. Pagador foi envenenado? — perguntou o jornalista.

— Não tenho dúvidas a tal respeito. Estou convencido que um indivíduo às ordens dos traficantes seguiu o médico desde a sua saída de Nova York. Como a bordo não conseguisse desempenhar-se do acto de que o incumbiram, aproveitou o momento do dr. Pagador desembarcar e no restaurante, onde esteve tomando o copo de leite, envenenou-o. As minhas suspeitas têm, ainda, fundamento em casos anteriores. A Sociedade das Nações encarregara o médico espanhol de proceder a um inquérito, que seria apresentado como ponto de partida para o estudo do problema dos estupefacientes em todos os países.

«Pois sabe o que aconteceu? Toda a correspondência enviada ao dr. Pagador foi interceptada! Mas há mais. Quando o governo do Perú aceitou o projecto do médico espanhol sobre a regulamentação do comércio de alcaloides, o dr. Pagador expediou um «radio» para mim, informando-me do facto e dizendo que me enviava carta pelo correio aereo. Pois essa carta, até hoje, ainda não chegou ao seu destino, embora tivesse vindo por via aerea... Já vé quanto é poderosa a organização, terminou o sr. Gomez Silva».

Um elefante que compareceu perante o tribunal, por ter morto seis pessoas, morreu momentos antes de ser lida a sentença:

A história judiciária de que nos vamos ocupar chega-nos de Bombaim e é contada com uma gravidade tal que devemos tê-la como exacta nos detalhes, senão em algumas deduções que dela se tiram. O proprietário dum elefante foi citado a comparecer perante o tribunal de Bombaim, como civilmente responsável pelas brutalidades mortais do seu paquiderme, que em dois anos matou, uns após outros, nada menos do que seis cornacas. Desejo de se elucidar sobre os motivos da irritabilidade do animal, que tinha sido durante muitos anos extremamente manso, e decidir se convinha matá-lo, ou não, os juizes ordenaram que o elefante comparecesse «pessoalmente», não no recinto do tribunal, mas num patio visinho, onde peritos veterinários o toram examinar. Depois deste exame, os magistrados, os peri-

tos e as partes dirigiram-se ao tribunal, onde o dono do animal defendeu a sua causa, pessoalmente. Recordou aos juizes que esse elefante, ainda na flor da idade (75 anos), lhe pertencia havia 16 anos e durante 14 nada tivera que lhe censurar. Este discurso, que parecia interminável, foi interrompido, por um grande barulho vindo da parte de fóra. Era o elefante que acabava de cair morto. Os veterinários presentes só puderam verificar a sua morte. Alguns jornalistas psicólogos declararam doutamente que o morto, consciente das suas responsabilidades, succumbiu ao remorso. Outros, não menos psicólogos, pretendem que teve o presentimento da sorte que o esperava e morreu de comoção. Seja como fór, a morte subita deste animal é própria para intrigar ao mesmo tempo os zoólogos e os filósofos.

Academia Internacional de Criminalística

Hans Gross e a escola alemã lançaram há alguns anos o termo «criminalística», ou seja um sistema de métodos científicos utilizados pela polícia e pela investigação judicial. A criminalística, pois, em toda a sua complexidade, compreende o estudo dos vestígios concretos, materiais do crime—objecto da técnica policial — e também o exame dos indícios abstractos, psicológicos do criminoso, desvendados com clareza e precisão, e com o auxilio da psicologia criminal, na medida em que esta ciência pode ser distraída da psicologia geral, considerando que a investigação judiciária, para a descoberta do autor de um crime, utiliza frequentemente os primeiros e não pode desprezar os outros. Sem duvida o estudo metódico da técnica policial, representado pela descoberta, reunião e apreço das provas materiais do delicto, não é menos complexo no ponto de vista da investigação criminal do que o exame das provas individuais relativas á pessoa do delinquente.

O crime não se explica senão pela existência de uma certa anomalia psíquica, específica e característica, apelidada por E. Ferri — na falta de um termo mais exacto — de «nevrose criminal», e ligado a uma anomalia física difícil de precisar.

Foi Ottolenghi que, compreendendo toda a orbita científica dos modernos conhecimentos, que se relacionam com as funções policiais e judiciais para a pesquisa dos delinquentes, explicou as razões e o fim de tais ensinamentos, que ele já vinha professando há anos na Escola de Polícia de Roma.

Vejamos o que diz Ottolenghi: «... desde que se reconheceram e estabeleceram os caracteres, hábitos e vícios que colocam o delinquente nato longe dos outros homens, é preciso que esse delinquente seja reconhecido desde logo pelos funcionarios que, durante a sua carreira, deverão estar sempre em contacto com ele. O mérito essencial da antropologia criminal é ter posto evidentemente em fóco o corpo e a «psiché» (alma), desses rebelados ás leis civis, refractarios a todo o progresso, desses degenerados por vinculos atávicos ou patológicos. ou sob influencias sociais e económicas, desses delinquentes que são tão diferentes daqueles que se tornaram tais pela influencia mesológica.

Ora esses conhecimentos, disseminados em milhares de volumes, para que prestariam se, depois de haverem despertado a curiosidade científica ou bacharesca do mundo inteiro, após terem motivado a reunião de tantos congressos internacionais — não fossem devidamente utilizados, sistematizados, sabiamente applicados no dominio da pratica, postos ao alcance da mão dos funcionarios da segurança publica e dos magistrados que têm de tratar e de julgar esses delinquentes?»

Está visto que tal ensinamento deve encontrar na criminalística um lugar assinalado.

Até há poucos anos não havia aliança científica assegurada para a permuta de experiências, investigações e observações entre os diversos laboratórios e institutos de criminalística da Europa, nem, com mais solida razão, entre os do mundo inteiro; mas, por uma feliz e oportuna sugestão de Ledden-Hulsebosch, de Amsterdam, diversos criminalistas europeus empreenderam a fundação de uma aliança internacional de peritos judiciais, a qual teria por escopo essencial a troca de experiências e observações e a luta contra o charlatanismo profissional. Desde logo, porem, foi preciso renunciar á essencia de uma associação exclusivamente de peritos, porque, infelizmente, em muitos paizes, já despedagados da rotina e do ramerrão, os que muitas vezes são chamados para a delicada e difficil função pericial não possuem nenhuma cultura técnica e muito menos científica e por isso não seria viavel constituir-se uma associação realmente científica, congregando personalidades portadoras de sólidos conhecimentos do delicado officio. Foi por isso abandonada a ideia da fundação da aliança internacional de peritos judiciais e em seu lugar foi lembrada a Academia Internacional de Criminalística «ad instar» das academias de ciências, reunindo personalidades possuidoras de uma sólida cultura cien-

tífica, de tal sorte que um trabalho cultural comum fôsse possível e permanente.

Depois de várias diligências nesse sentido e com a presença de representantes da Alemanha, Austria, França, Holanda e Suíça, foi fundada em Lausanne a Academia Internacional de Criminalística, com sede em Viena.

Tem por fim o desenvolvimento das pesquisas científicas no dominio da criminalística e das ciencias conexas, com excepção do direito penal e processual, ciencia penitenciária, psicologia, psiquiatria e biologia criminal.

Prestará apoio científico á comissão de policia criminal da Liga das Nações na luta contra os criminosos internacionais.

Combaterá o empirismo nos dominios da criminalística e da tecnica policial.

Coligirá um repertorio da literatura internacional nos dominios da criminalística.

Bienalmente, haverá uma assembleia geral para discussão de assuntos tendentes ao desenvolvimento intelectual e para a escolha do presidente.

Compõem o comité director da Academia os srs.: Presidente, Ledden-Hulsebosch (de Amsterdam) — M. A. Bischoff (Lausanne) — R. Heindl (Berlim) — Ed. Locard (Lyon), G. Popp (Frankfort A. M.) — B. Schultz e S. Turkel (Viena).

Entre os sócios titulares, conta a Academia com o concurso do dr. Luiz Reyna Almandros, notável poligrafo argentino, ex-politico militante, professor da Universidade Nacional de La Plata, director do Museu Vucetich e da «Revista de Direito Penal e de Identificação», de cuja obra O CRIME brevemente dará noticia.

CHIADO TERRASSE

Programas variados

Filmes selectos

//

Matinées todos os dias

QUERE LEITURA

AGRADAVEL?

LEIA A NOVELA

CONSPIRAÇÃO

UM LIVRO DE
GRANDE
ACTUALIDADE

Preço 8\$00 — A' venda na Sucursal do Seculo, no Rossio — Peça pelo correio á Editorial Seculo — Lisboa

A ciência ao serviço da Justiça

Os tribunais estrangeiros estão aparelhados com toda a aparelhagem necessária ao regular funcionamento das audiências. Salas limpas, assentos comodos, lugares marcados e amplos para juizes, delegados do Ministério Público, advogados, escrivães, officiais de diligências, etc. — tudo indica a atenção dedicada por quem de direito aos assuntos de justiça.

A ultima inovação consta de aparelhagem sonora. Não se perde uma palavra. Alto-falantes distribuidos pela sala, de acôrdo com as leis da acustica, aumentam a sonoridade das declarações das testemunhas, das respostas dos reus, das perguntas dos magistrados, dos discursos da defesa e da accusação.

Uma das fotografias da capa mostra o defensor falando junto dum microfone. Em primeiro plano, vê-se o juiz presidente e os accessores, tendo ao seu alcance outro microfone.

A G R A F O S C O P I A

As alterações subtrativas têm por efeito modificar, pelo atrito, o estado superficial do papel. Por sua própria natureza, tais alterações são feitas com o maior cuidado, de modo a tornarem-se quasi imperceptíveis.

Cada um desses meios requer uma técnica especial de exame e de demonstração.

As raspagens podem ser produzidas pelo simples atrito de uma borracha sobre o papel, não deixando nenhum vestígio a olho nu, ou pela remoção da cola e das fibras superficiais, por meio de uma lâmina metálica.

O estudo de umas e outras é feito preliminarmente pela exposição do documento ao raio ultra-violeta. Quasi sempre, o campo rasurado apresenta uma diferença de fluorescência. Se ainda existem depósitos de grafite (lapis) ou de sal de ferro (tinta), a fluorescência pode realçar em negro esses elementos, iluminando o papel.

O exame microscópico das raspagens é feito pela observação directa usando-se iluminação transparente ou oblíqua. Na transparente, o campo rasurado pode apresentar uma iluminação mais forte que a do resto do documento. Na oblíqua, a superfície do papel apresenta-se áspera, pela exposição desordenada das fibras alteradas pelo atrito.

A estas observações preliminares acrescentam-se várias contraprovas químicas. Uma das mais usuais é a da gota de benzina, recomendada por Locard e outros analistas. A benzina desenvolve-se em forma circular na superfície do papel mas desvia-se e torna-se de absorção mais irregular, em contacto com as fibras rasuradas.

Outro processo também simples é o recomendado por Bayle e Amy, chefes do Serviço de Identidade Judiciária de Paris. Consiste em pulverizar ligeiramente o campo suspeito com óxido de cobre, não muito fino, tal como se procede na revelação de uma impressão digital invisível. O óxido de cobre fixa-se sobre a raspagem ainda mesmo que seja a mais tenue. Desta forma pode-se verificar a alteração por meio da fotografia do documento assim pulverizado. O óxido de cobre tem a vantagem, sobre os demais, de poder ser facilmente removido, depois da prova, por meio de um pano de linho seco, não deixando assim vestígios importantes de sua aplicação.

Outro meio também útil é o da exposição do campo rasurado aos vapores de cristais de iodo. Colocam-se os cristais em um vidro de cerca de dez centímetros de altura e que tenha uma boca bastante larga. O documento é posto no bocal deste vidro, por alguns minutos. A raspagem torna-se visível, em cor violeta, e pode ser fotografada da mesma forma como no processo do óxido de cobre. A coloração dos vapores de iodo desaparece naturalmente, depois de um certo tempo, e o do-

Alterações subtrativas

Raspagens — Lavagens

documento volta ao seu aspecto anterior ao exame. Em todo o caso, a remoção completa também pode ser feita pelo tiosulfato de sodio.

A reconstituição de um texto rasurado depende do grau de remoção dos elementos corantes. Além do processo de fluorescência acima indicado, o fotográfico pode dar alguns resultados, quando ao texto rasurado o falsificador acrescentou novos dizeres em tinta diferente, como, por exemplo, a vermelha. O emprego de filtros especiais pode eliminar esta coloração e a chapa fotográfica reproduz, apenas, os vestígios da primitiva escrita.

As lavagens são feitas por meio de um líquido descorante forte, sendo o mais comum o «corrector comercial».

O estudo de tais alterações faz-se actualmente por meio da observação da fluorescência do papel sob a acção dos raios ultra-violeta. O descorante químico não retira qualquer dos elementos constitutivos dos documentos, mas apenas transforma os compostos metálicos coloridos das tintas em elementos incolores e invisíveis a olho nu. A exposição desses elementos aos raios ultra-violeta faz reaparecer o campo lavado e, às vezes, o texto, em consequência da não fluorescência do sal de ferro das tintas.

Mellet e Bischoff observaram que certas matérias corantes orgânicas se fixam mais facilmente sobre as oxiluloses do que sobre as celuloses. Sendo a lavagem química de um texto uma solução oxidante, pode-se excitar a fluorescência do campo lavado por meio de corantes orgânicos ou indicadores próprios tais como a eosina. O texto descorado aparece, então, escuro sobre o fundo luminoso excitado pelo corante.

Dentre os processos químicos mais indicados, embora menos apropriados que o da fluorescência, porque podem modificar o aspecto do documento, encontra-se o da pesquisa do corrector ou do líquido empregado na lavagem. Em geral, esses correctores compõem-se de uma solução de permanganato de potássio, acidulada pelo ácido sulfúrico (líquido n.º 1) e uma solução relativamente concentrada de bisulfito de sodio (líquido n.º 2). O permanganato acidulado destrói a tinta ferrotânica por oxidação. O óxido de manganês que forma é transformado em sulfato de manganês pelo ácido da solução. O permanganato, tratado pelo bisulfito, também forma o sulfato de manganês pela acção do ácido sulfúrico. Nessas condições, fácil se torna encontrar um re-activo capaz de indicar a

presença desses elementos químicos. O amoníaco misturado em partes iguais com a água oxigenada a doze volumes, por exemplo, provoca uma coloração parda mais ou menos intensa, se o corrector empregado tiver sido o de permanganato com bisulfito.

A restauração da tinta descorada também pode ser feita pela aplicação do bisulfureto de amonia. A tinta ferrotânica, em contacto com este reativo, readquire imediatamente a sua cor azul preta primitiva. A acção desse reativo é temporária e pela evaporação, a tinta volta a descorar-se lentamente. Entretanto, é possível fixá-la na chapa fotográfica, da mesma forma como nos outros casos acima mencionados.

As lavagens mais perfeitas são ainda cientificamente demonstradas pela microquímica. Bayle, em Paris, e Maurice de Laet, em Bruxelas, estudaram a revelação dessas alterações pelas medidas da resistência eléctrica dos líquidos ionizados, variando de 100 a 1.000.000 de «hm» e com a precisão de ordem de 1/10. Para esse fim, utiliza-se de um aparelho de medida de resistências eléctricas, como o de Kolh-rausch, ou melhor, a ponte de Wheatstone, ligadas a um amplificador e um fone. Fazendo-se macerar, em tubos de quartzo, munidos de electrodos laterais de platina soldados no vidro, pequenas partículas de papel contidas num tubo, fragmentos extraídos do campo suspeito de rasura e em outro, fragmentos do mesmo papel do campo não suspeito, procede-se de acordo com a técnica dessas medidas, à pesquisa da resistência eléctrica de cada uma das soluções. Para manter a igualdade das condições de solução, as partículas de papel de cada campo, o volume da água bidistilada, a temperatura, a duração de imersão e a força de centrifugação devem ser idênticas para cada tubo. Compara-se em seguida a condutibilidade de cada um destes líquidos. Se houver lavagem, as matérias minerais depositadas nas partículas do papel do campo lavado provocarão na solução uma condutibilidade eléctrica muito diferente da outra. Essa diferença é medida na escala do aparelho no momento em que cessa o ruído do fone.

«As pessoas não iniciadas no estudo destes métodos recentes, que não necessitam senão de partículas imponderáveis, diz Bayle, dificilmente compreendem a investigação técnica por outros processos, que não sejam os da velha análise química, e tendem a imaginar que a eficácia dos métodos é função da importância das remoções efectuadas». Entretanto, na Grafoscopia, os processos da microquímica continuam a desenvolver-se constantemente. O estudo das alterações dos documentos tem sempre encontrado nestes novos elementos de análise, estritamente científicos e de grande sensibilidade, vasto campo de aplicação.

OS SETE PECADOS MORTAIS

A AVAREZA

Sabe-o toda a gente e vem no Dicionário de Sinónimos, de Roquete, que «a avareza é, propriamente, a ância de guardar, de entesourar» e que «para isto, como meio mais fácil e seguro, nada ou pouco gasta o avaro. O avaro é apoucado, mesquinho, desumano, é um monstro da natureza».

O avaro de Molière é hoje um tipo raro, já porque o papel-moeda não permite encofrar ouro para ter o prazer de o manipular; já porque a vida com as suas múltiplas exigências conduz a largos gastos; já porque a todos contagiou a onda avassaladora do prazer, do luxo, do comércio, da especulação, que invade o mundo inteiro. São raras as pessoas com critério lúcido de economia. Apenas abundam aquelas que ordenados insuficientes obrigam à compressão medida de todas as despesas, para não morrerem de fome, e aquelas outras, os rápeças e açambarcadores, que, sem olharem a fins, desejam ser ricos o mais depressa possível.

A Grafologia denuncia exactamente o avaro, pois a escrita sintetiza em múltiplos pequenos gestos, todas as manifestações interiores e exteriores, psíquicas e físicas, que os indivíduos são capazes de sentir.

O indivíduo extremamente económico ou avaro revela-se por uma escrita apertada, comprimida, reduzida, com traços ou movimentos gráficos mesquinhos, muito diminuídos; pelas margens pequenas ou ausentes, de forma a aproveitar todo o papel; pela escrita angulosa e sinistrógrafa (com traços e ganchos dirigidos para a esquerda) dos egoístas.

Economia extrema, próxima da avareza, obscurece a mentalidade superior de alguns intelectuais publicamente considerados e, não raro, endeuzados. Possuímos autógrafos do escritor Teófilo Braga em que se notam com evidência sinais de um homem exageradamente económico, quasi avaro. Um entranhado amor ao pormenor; um raciocínio predominante bastante claro; uma vontade tenaz, algo difícil e infatigável; um espírito ordenado, metódico, metucioso, reservado; um carácter sêco, um tanto anguloso, isolado, pessoalista, apumado, com mistura de benevolência, bondade e ingenuidade, são igualmente visíveis na escrita do grande Teófilo Braga.

Podem notar-se numa escrita sinais de orgulho e de vaidade juntamente com os da avareza. Trata-se dos avaros que fazem pesadas despesas de ostentação, mas que para as coisas úteis ou justas remunerações são uns unhas de fome. Estes fonas, que estolam quanto podem os serviços, inscrevem os nomes nas subscrições públicas e deixam algumas vezes os seus bens ás chamadas casas de beneficência, mascarados de generosos — os grandes falsos!

As pessoas que perdem imenso tempo a regatear poucos centavos nas compras diárias, mas que em luxos dispendem quantias

DENUNCIADOS PELA GRAFOLOGIA

enormes, usam uma espécie de escrita chamada cruzada, que consiste em continuar a escrever no papel já escrito para não gastar outra folha. Possuem também este mau gosto as pessoas sem cerimónias, indiferentes à opinião alheia, ou independentes, a caírem na insociabilidade.

Um açambarcador é também avaro quando, sem vergonha, regateia ninharias. Conhece-se na escrita, especialmente pelos «ll» não terminados, isto é, suspensos em gesto centripeto dirigidos para baixo em vez de ligados espontaneamente á letra seguinte. Os novos-ricos feitos no período da guerra escreviam desta forma.

O captador é um tipo doutro género. Não é forçosamente económico nem avaro, mas um cubioso de riquezas e de lucros exagerados. Têm acções em todas as companhias, acumula dinheiro nos bancos e entra em todas as chafaricas comerciais desde que fareje ocasião de engordar a burra. Este tipo é conhecido na escrita pela combinação dum grafismo sinistrógrifo, centripeto e em laço. Dêste carácter é um homenzinho que foi um dos directores dum dos grandes diários de Lisboa e pertenceu a diversas companhias, sempre tubarão, suponho que riquíssimo, e de que há pouco tempo me foi dado

Assassino denunciado por um papagaio

Frank Vitkas, operário fabril, que morava no décimo andar dum velho prédio de Nova Iork, comunicou à Polícia que, ao chegar a casa, encontrara morta a mulher. Os «detectives» seguiram para o local e foram encontrar o cadaver da mulher do operário debaixo da cama. Ao lado estava um pau ensangüentado, com o qual fóra agredida a vitima.

Os «detectives» iniciaram o exame ao local e andavam nessa tarefa, quando um papagaio pertencente ao dono da casa pronunciou:

— Não me mates... Frank, não me mates...

Os policias não quiseram ouvir mais. Frank era o dono da casa, o marido da assassinada. Foi preso e pouco depois confessava ter morto a mulher, que, ao ser agredida, gritava ao marido que não a matasse.

Este número foi visado pela Comissão de Censura

examinar a sua escrita. Só a assinatura classificava-o exacta e vigorosamente.

Terrível, ignóbil carácter é do avaro! É incapaz de acudir à aflicção económica dum pessoa; suporta as dores de dentes para não ter de pagar ao dentista; elimina ou restringe as despesas mais úteis; explora os seus empregados ou colaboradores, ou dispensa-os; sujeita-se ás maiores baixezas; vive miseravelmente, só para gosar com a vista e o contacto do vil metal, hoje papel sujo e repugnante por variadíssimas razões

A. Moreno da Fonseca
(Clínico fisioterapeuta)

CONSULTÓRIO

João Mendes Valente — Mealhada — O grafismo examinado revela um carácter ardente, apaixonado, arrebatado, orgulhoso, susceptível, egoísta, sem economia contida, a necessitar de medida. Cultive a sua interessante inteligência, discipline a vontade, não seja contraditório e ficará um carácter muito agradável. Fuja do odio.

Uma apreciadora de romances policiais — Apreciável a sua inteligência, minha senhora. Devemos francamente dizer-lhe que deve aproveitar a sua tenacidade para se libertar do carácter artificioso, exaltado, reservado, interesseiro, romanesco, tocado pela vaidade, sem bom senso, que muito a aficia. Procure adquirir ternura, espírito de dedicação, franqueza discreta, espontaneidade. Consegue-o se quizer.

F. I. L. — Inteligência pronta. Carácter dum forma geral razoável, prejudicado por extrema emotividade, precipitação, impertinência, catência de reflexão, volubidade. Corrija-se dando mais seguimento á vontade intermitente e reedueque o seu alterado sistema nervoso.

Manuel Custódio Figueira Júnior — Alentejo — O que mais empana as suas qualidades de inteligência e o seu carácter, aliás pobre, é uma tendência a faltar á verdade, a dissimular, a desconfiar. Deixe também a pedanteria e não recieie apresentar-se como é. O outro documento enviado, muito insuficiente, revela um carácter muito egoísta, agreste e grosseiro.

Anónimo — A escrita observada evidencia um carácter difícil, um lamentável estado de saúde, uma grande falta de coragem, um desânimo enorme. Apele para toda a sua energia e procure um médico-psiquiatra que o ajude a levantar-lhe a alma e o corpo. Leia livros de Marden, especialmente a *Alegria de viver e Querer é poder*. Não lhe podemos dar melhor conselho, segundo o que nos pede.

N. R. — Nesta secção publicam-se os resultados dos exames grafológicos à letra das pessoas que endereçarem as suas cartas, escritas pelo próprio punho e em papel sem linhas, acompanhadas de 5\$00 em selos para despesas, ao sr. dr. Moreno da Fonseca, para o seu consultório, na rua Chabi Pinheiro (ao Campo Pequeno), 23, 2.º — Lisboa.

A Dactiloscopia em Portugal

Desnecessário se torna frizar a importância científica das impressões digitais, único meio seguro para a identificação criminal e civil.

E fastidioso seria anotar as inúmeras vantagens da divulgação da dactiloscopia, principalmente entre aqueles cuja profissão obriga a lidar, quasi diariamente, com criminosos e pessoas consideradas suspeitas.

É interessante e oportuno historiar, embora resumidamente, a introdução da dactiloscopia em Portugal, tanto mais que foi o nosso país — sempre atrasado e avesso a inovações e progresso — o primeiro da Europa continental a adoptar, oficialmente, esta ciência, por proposta do sr. dr. Manuel Valadares, espirito culto e notavel organizador, que a estes assuntos tem dedicado a melhor atenção.

Em 1902, começaram os serviços de identificação criminal em Lisboa, para o que se aproveitaram os principios da «Bertillonagem» ciência ao tempo muito em voga, mas cheios de deficiências e lacunas, como depois se verificou. No Porto, o dr. Luiz Viegas começou também a fazer a referida identificação pelo sistema do dr. Bertillon.

Sómente no ano immediato appareceu o primeiro trabalho dactiloscópico. Publicava-o a «Revista Amarela», de Dezembro, de 1903, e assinava-o o dr. Manuel Valadares. O estudo, elaborado com acerto e probidade, veio provar ás autoridades quanto, naquele tempo, andavamos atrasados em ciência criminal.

Começou a esboçar-se, assim, o louvavel desejo, pouco depois tornado realidade com o patrocínio do governo, de se effectuar a identificação no nosso país. Foi, pois, o dr. Valadares que introduziu, entre nós, a ciência dactiloscópica. Os respectivos serviços começaram a funcionar num pobre aposento da Cadeia do Limoeiro, com o nome de Posto Antropométrico Central de Lisboa.

Esses serviços são hoje tanto quanto possivel modelares e merecem larga referência noutra occasião.

* * *

Identificar é comparar. A dactiloscopia é a ciência com a qual se pode verificar de maneira insofismavel que a dedada digital dum individuo que com menos verdade declarou chamar-se A pertence a B, provando assim, sem possivel contestação, que as declarações do *identificado* são falsas. Nisto reside o incontestavel valor da dactiloscopia.

foi iniciada pelo Dr. Manuel Valadares

O sistema de identificação pelas dedadas, primeiramente adoptado em Portugal, teve por bases os estudos dos ingleses Francis Galton e Edward Henri, mas é da autoria do dr. Manuel



Dr. Manuel Valadares

Valadares e destina-se, em especial, á classificação e arrumação de dactilogramas com impressões dos dedos.

Não é preciso, por agora, entrar em pormenores ácerca deste método. As suas vantagens científicas serão objecto do novos artigos em «O CRIME»

A identificação criminal

No Arquivo de Identificação de Lisboa, os serviços de identificação criminal estiveram até ha pouco organizados de maneira perfeita. Actualmente esses serviços pertencem ao Instituto



Impressão digital rigorosamente classificada

de Criminologia de Lisboa, a uma secção que tem sido dirigida com notavel competência pelo sr. dr. Xavier da Silva, a cuja obra em breve nos referiremos.

Nem nos estabelecimentos similares do estrangeiro, mesmo no Brasil, onde a dactiloscopia está magnificamente desenvolvida e aproveitada (São Paulo especialmente), se sobrelevava á orientação seguida pelo referido Arquivo.

Se a Policia prendia, por suspeita, em Ponta Delgada (por exemplo) um individuo e lhe colhia as impressões digitais enviando-as, em seguida, para Lisboa, recebia na volta do correio todas as informações respeitantes a cadastro desse individuo, se de um cadastrado se tratasse. De nada valia ao preso prestar falsas declarações de identidade.

As dedadas impressas não mentem nunca... Convém explicar como se conseguiam estes resultados.

A lei determinava a todos os delegados das comarcas do país que enviassem as impressões digitais dos presos ao Arquivo de Identificação de Lisboa. E, assim, esta repartição possuía um dactilograma de todos os individuos do país e ilhas, que já tivessem sido presos uma vez. Se, cumprida a pena, um deles reincidisse, já os tribunais sabiam do seu passado.

Como referimos, estes serviços effectuam-se actualmente, embora com ligeiras alterações de caracter técnico e burocrático, mas com a mesma probidade, nos Institutos de Criminologia do país.

A dactiloscopia é, fundamentalmente, a ciência de identificação de reincidentes.

A identificação civil — O Bilhete de Identidade

Actualmente, a única tarefa que está a cargo do Arquivo de Identificação de Lisboa é a passagem do bilhete de identidade. Este valioso documento, como escreve o dr. Manuel Valadares na Memória enviada á Exposição Internacional do Rio de Janeiro sobre os serviços do Arquivo de Identificação de Lisboa, representa duma *maneira inacessível a toda a duvida a triplíce* identidade ao seu possuidor: *física, civil e social.*

Os dactilogramas com impressões digitais colhidas ao requerente do bilhete de identidade são enviadas ao

PSEUDO - DELINQUÊNCIA

Um caso singular e não previsto

O caso é verídico, tudo o que há de mais verídico. Passou-se em Barcelona. Vamos contá-lo com vagar, porque vale a pena fazê-lo, por causa do seu sabor e da lição, decerto proveitosa, que encerra.

Certa actriz celebre, residente numa magnífica casa do bairro aristocrático daquela cidade, perdeu um precioso cachorro de raça. O cão era o enlévo da dona. Desapareceu do jardim da vivenda. Indubitavelmente, o animal fugira aproveitando o momento em que a porta estava aberta. Mas não poderia também ter sido roubado? Indagações, perguntas, tudo se fez para conhecer o paradeiro do apreciado animal. A criada dum palácio próximo declarou que o viu numa das avenidas do bairro. E que o chamara pelo nome. O cachorro olhara para ela, e, depois, pressuroso, seguiu o seu caminho, como se fosse atrás duma peça de caça.

A artista, desconsolada, admitiu a hipótese de que o cão, andando perdido, tivesse ido parar a mãos de pessoas sérias e modestas. E mandou publicar um anúncio oferecendo cem pesetas a quem lhe entregasse o cachorro. Passaram dois, três, oito dias, e, quando a dona julgava o cão definitivamente

perdido — já por suas faces haviam corrido lágrimas furtivas — foi surpreendida, certa manhã, na sua residência, com a presença dum homem de aspecto humilde, que vinha restituir o animal.

— Os meus vizinhos que lêem jornais — assim falou — indicaram-me esta casa e disseram-me que trouxesse aqui o cão.

E contou uma história, de cuja veracidade ninguém poderia duvidar. Ele era dedicado aos ternos e fiéis animais. Tinha uma cadela que, certo dia, passara pela porta sumptuosa da moradia da artista. Ao chegar a casa, verificou com espanto que ele e a sua cadela eram seguidos por um lindo cão, de raça. O instinto «amoroso» fôra, decerto, a causa da perseguição. Então o homem, que, pelo carinho que dispensava à cachorrinha, compreendia o afecto que o cão perdido podia também despertar a seu dono ou a sua dona, recolheu o animal em casa, a fim de evitar que fosse maltratado pelos garotos da rua ou que ficasse debaixo dalgum automóvel. Esperava averiguar a identidade e a morada do dono, para devolvê-lo.

Depois, aludiu às despesas de alimentação, feitas para que o cachorro não sofresse necessidades, e não se esqueceu de citar os carinhos e os cuidados que lhe havia dispensado.

A celebre artista, enternecida, às cem

pesetas prometidas de gratificação juntou outras cem, para compensar as aludidas despesas.

— Merece-as bem! — pensou. Este pobre homem tem um grande coração!...

O sujeito, após ter recebido as duzentas pesetas, foi-se embora, radiante, levando ainda nos ouvidos as palavras de gratidão da actriz.

Não muito tempo depois, em lugar distante da residência da artista, extraviou-se outro cão de raça. E os donos também publicaram um anúncio oferecendo uma gratificação.

A casualidade, que é na vida o poderoso auxiliar de todas as grandes e as pequenas descobertas, quiz que a actriz fosse amiga dos donos do cachorro desaparecido e que estivesse de visita em casa destes, quando ali se apresentou um homem de aspecto humilde, para entregar o cão. O indivíduo contou uma história em tudo parecida à que acabamos de contar. A mesma afeição canina, a mesma simplicidade de exposição.

Foi então que se descobriu o engenhoso processo empregado pelo sujeito em enganar o próximo. Porque era o mesmo que levava o cachorro à actriz.

Com efeito, o homem em questão tinha o costume de passear pelos bairros aristocráticos de Barcelona, levando a cadela presa duma corrente. O instinto «amoroso» dos cães impunha-lhes a perseguição da cachorrinha — perseguição que era desprezada pelo homem, quando se tratava de animais ordinários e feios. Mas se o enamorado apresentava indícios de raça fina e demonstrava pelo aspecto pertencer a gente rica — o finório deitava-lhe a mão e levava-o consigo. A maior parte das vezes, o anúncio aparecia — e o «negócio» estava feito. Caso contrário, o cão desprezado era vendido por bom preço, visto tratar-se sempre de animal de raça exótica e apreciada pelos entendidos.

¿Há neste caso geito de delicto? ¿Há furto? ¿Há burla?

Nada. Pensando bem, há um acto de imoralidade engenhosa, ou, se querem, uma expressão de vagabundagem pseudo-delinquente.

Instituto de Criminologia onde, depois de classificados, ficam devidamente agrupados nos arquivos de identificação civil. Das vantagens desta organização podemos dar este exemplo: um individuo afogado ou trucidado pelo comboio, cujo rôsto está quasi sempre irreconhecível, pode ser identificado. Colhem-se-lhe as dedadas que, enviadas aos Institutos de Criminologia ou ao Posto Antropométrico da Polícia de Lisboa, dirigido proficientemente pelo sr. dr. Balbino do Rego, são seguidamente classificados.

Quantas pessoas tem sido reconhecidas por meio da dactiloscopia? Muitas. Quasi todos os dias os jornais noticiam esse facto.

Para que a identificação pelas dedadas se torne em Portugal absolutamente perfeita, alguma coisa nos falta ainda. Vamos lentamente embora com segurança. Temos, no entanto, necessidade de ir mais depressa. Veremos porquê em artigos seguintes.

No próximo numero:

Como se descobriu
a impressão digital

POLITEAMA

Telefone: 2 6305

Exibe um programa de grande categoria

Odette Florelle

e

Noite de Nupcias

CENTRAL

Telefone 2 4381

Ultimas exhibições de:

A Espia N.º 13

Odéon e Palácio

Em exhibição:

Lobo humano
Mil vezes obrigado!

A espionagem em Espanha

Barcelona, pela sua situação privilegiada no tablado politico da Europa, chegou, a certa altura, a ser o porto livre da espionagem internacional. Agentes francezes, alemães, italianos e outros ao serviço dos pequenos países balcânicos ali se reuniram e se reunem e desenvolveram e desenvolvem as suas inquietantes e perigosas actividades, ante a indiferença dos catalães, que passam a vida a falar mal do governo de Madrid.

Há anos, durante a grande guerra, a espionagem em Espanha não passava, a bem dizer, dum centro de operações, onde irradiavam vários serviços secretos. Era um centro de operações, em que agentes contrários operavam com o maior arrojo, já entrando e saindo de França, já partindo e regressando de portos do Mediterrâneo, já controlando o movimento de navios carregueiros.

Mas agora as coisas tem de ser vistas por outro lado. A espionagem em Espanha existe, não como ponto de transito de correspondência. O país visinho foi escolhido como campo propicio, cuja topografia convem conhecer. Interessa saber qual a verdadeira situação militar, naval e politica de Espanha, quais os seus meios de ataque e de defesa, no caso dum conflito armado, e qual o lado para que essa nação penderia na eventualidade de novo conflito.

E, como sempre, Barcelona, debruçada sobre o «Mare Nostrum», continua a ser o centro preferido pelos agentes de diversos serviços secretos. Não merece a pena apontá-los. O leitor facilmente calculará, entrando em conta com os interesses internacionais actualmente em jogo.

Vamos a factos.

Dois italianos, Victor Lascacio Moroni e Guido Dalpiaz Petrich, também conhecido por Willy Muller, foram condenados, o primeiro a 3 e o outro a 2 anos de prisão. Cairam ambos na ratoeira, não por descuido, mas por intervenção de mãos misteriosas.

Victor Lascacio Moroni é homem simpatico e jovem. Nascido em Roma, veio pela primeira vez a Espanha, em Junho de 1928, época em que, a bordo dum iate seu, visitava as costas da Catalunha, só para se recrear... Depois de haver passado mês e meio em Barcelona, dirigiu-se a Argel. Voltou a surgir em 1933. O seu nome appareceu ligado a uma curiosa expedição á Republica da Libéria, Congo Belga e outras regiões do Continente Negro, organizada por dois outros misteriosos individuos. Para levar a cabo os seus desígnios, adquiriram, a prestações, pelo preço de seis mil

O caso Moroni-Petrich e as suas conseqüências

pesetas, uma embarcação, a que deram o nome de «Manuel Fernandez».

Pelo que afirmou Moroni, entre as escalas da viagem estava Cabo Juby e Vila Cisneros. Nessas localidades seriam feitas pesquisas de caracter científico. Na expedição ia também Petrich ou Muller, um tal senhor Roure, que desapareceu, um francez, de nome Dubois, e um inglez, chamado Clark, que, segundo Moroni, não podia pertencer ao «Inteligente Service».

A expedição fracassou, porém. Talvez desinteligencias entre os seus dirigentes. O veleiro «Manuel Fernandez» está no porto de Barcelona, á espera do pagamento da ultima prestação, de duas mil pesetas.

Depois da malograda digressão científica, Moroni e Petrich passaram por sérias dificuldades, e dedicaram-se ao commercio de perfumes. O primeiro instalou em sua casa uma pequena fabrica, chegando a produzir vários perfumes baratos, de cuja venda se encarregavam cinco ou seis alemães. Estes desapareceram, logo que foram detidos os dois italianos. Moroni declarou que o negocio não ia bem e não deixava lucro.

Tendo suspeitas sobre a actividade dos presos, a policia catalã fez diligencias, e, pouco depois, chegava á conclusão de que os dois «perfumistas» não eram senão dois perigosos espíões internacionais, a serviço da França e da Alemanha, respectivamente, pois na sua residencia foram encontradas provas irrefutaveis sobre o verdadeiro caracter de seus manejos.

Moroni recebia a sua correspondencia na Posta Restante. A policia conseguiu interceptar uma carta a êle dirigida, dentro da qual se encontrava uma nota de mil pesetas.

Em outra carta foram encontrados alguns planos das Ilhas Baleares, con-

tendo detalhes, escritos em lingua alemã, sobre as características e a natureza das fortificações da ilha Minorca, com indicações, precisas sobre a posição de canhões, seu tipo, raio de acção, com informações completas sobre as bases de submarinos e depositos secretos de petroleo, etc. Tais dados eram rigorosamente exactos, como depois foi verificado pelas autoridades militares encarregadas de examinar o caso.

Ao péso de tantas provas, Moroni acabou por confessar que, durante oito anos, estivera ás ordens do Serviço Secreto Francez.

Continuando nas investigações, a policia apanhou outras cartas, pelas quais ficou a saber que Moroni, poucos dias antes da sua prisão, se havia dirigido á «S. N. D. A. B.» de Hamburgo, organização secreta internacional nazista, que exerce vigilancia sobre os alemães nos países estrangeiros. A «S. N. D. A. B.», em resposta a Moroni, oferecia-lhe trabalho. Ao mesmo tempo o espíão escrevia de novo ao Serviço Secreto Francez, apresentando-se para trabalhar e declarando já ter «prontos interessantes trabalhos».

As investigações a respeito dos antecedentes deixaram provado que ele já havia sido condenado na Italia a 12 anos de cadeia, por exercer espionagem contra a sua patria. Quanto a Petrich, êste não era mais do que um ajudante de Moroni, a quem obedecia cegamente.

Claro está, Moroni diz que o que se passou com êle foi devido a uma manobra do Serviço Francez, para perdê-lo.

Trata-se de um espíão que «vive» realmente a sua perigosa profissão.

São suas as seguintes declarações:

A espionagem tem as bases num mecanismo tão delicado como um relógio e custa muito dinheiro. Para se chegar a espíão de primeira classe, é preciso preencher condições especiais, demonstrar conhecimentos gerais sobre multiplos assuntos. Os trabalhos de agentes diversos concentram-se nos escritórios centrais de cada país, zelosamente confrontados entre si para se julgar do seu grau de exactidão. Muitas vezes, nós, agentes no estrangeiro, recebemos ordens para averiguar determinadas informações, que já se encontram pormenorizadamente expostas em relatórios. No meu caso, por exemplo, se de facto fôssem meus os planos das ilhas Baleares, não percebo como alguém julgasse que pudessem ser utilizados contra a Espanha. Seriam simples elementos informativos, de carácter secundário, apenas com interesse para alguns países, no caso de possíveis actividades bélicas no Mediterrâneo.

NA CAPA

O cheque falso é a preocupação dos Bancos. Para evitar a fraude, um estabelecimento bancario de Londres distribuiu a cada depositante, juntamente com o caderno de cheques, uma série de selos com o retrato do rosto do cliente. Este põe a estampilha e assina por cima. A gravura da capa dispensa mais explicações.

Os erros judiciários são originados quasi sempre pelo desvario da opinião pública

Advogado distinto, culto, que analisa serenamente a vida, o nosso entrevistado declara logo de começo:

— Sim, falo-lhe de erros judiciários, mas com uma condição. Não revela o meu nome.

Acceptámos as condições. E começou a entrevista:

— Princípio pelo sempre inesquecido caso Dreyfus.

«A turba alucinada, cega de ódio, sedenta pelo castigo do criminoso, pedia que o matassem. E ele, serenamente, proclamava a sua inocência. Degradaram-no, envolveram-no com o luto de vergonha; despiram-no das insignias honrosas que nos faustos da glória o cobriram em paga de brilhantes feitos. Encheram-no de emoções desmoralizadoras. Os colegas cuspiram-lhe nas faces sob o epíteto de Judas, quando era ele tão digno como os que assim o imprecavam. — «Vilão» — bradava o público. E ele respondia: «Feri mas não insultei»... «Eu estou inocente».

A massa, no seu desvario, não admitia que provas em contrário pudessem absolver. Os juizes recebiam ser acimados de prevaricadores.

«Como julgar, pois, pela opinião, se esta é formada pelos espiritos que a exploram tangendo conceitos para encaminhá-la naquilo que preferem?»

E continuou:

— Mas não é só a opinião pública, aliás o seu desvario, a culpada dos erros judiciários. Também os falsos testemunhos, nem sempre prestados com malícia, os equívocos dos factos, as tendências demasiadamente acusatórias dos juizes e dos membros do Ministério Público.

«Um caso sucedido na Itália. Quem o refere é Guirot. A 9 de novembro de 1886, foi assassinado, perto de Treviso, uma velha de nome Ursula Montanosi. Era notório que ela se opunha ao casamento do seu filho único, Guilherme Montanosi. Junto ao cadáver da vítima, foi encontrada, tinta de sangue, uma faca pertencente a Guilherme. Verificou-se, também, que um armário fóra arrombado com um instrumento d'ele. Vizinhos testemunharam que mãe e filho frequentemente discutiam. Um chefe de guardas notou, no casaco de Guilherme, manchas de sangue. Contra ele se alvoçou a opinião pública, influindo na formação do processo.

Consequência: a condenação à morte.

Dois anos depois do crime, por uma conversa, descobriu-se o verdadeiro assassino, um individuo de nome Marco

Bottacin, sendo proclamada a inocência de Guilherme Montanosi.

A seguir:

— Um caso sucedido em Espanha. A 21 de Agosto de 1910, desapareceu de Veguilla, do município de Cesar de la Vega, um individuo de nome José Maria Grimaldos. Sabia-se que ele então, possuía dinheiro, produto da venda de algumas rezes, e tencionava viajar para uma estação balnearia. Começou a familia do desaparecido a acusar dois individuos: Leon Sanchez e Gregorio Valero, attribuindo-lhes o assassinio de Grimaldos. Não existindo provas, livraram-se os acusados, após algum tempo de prisão.

Três anos depois renovou-se a acusação, e conseguiu um guarda civil obter a confissão de Sanchez e Vallero, acompanhada da declaração de terem enterado no cemitério o cadáver de sua vítima e da indicação do local.

Feita a excavação, encontrou-se um esqueleto... de mulher!

Modificaram, em vista disso, os acusados as suas declarações, dizendo que haviam despedaçado e queimado o

cadáver da vítima. Foi pedida a pena de morte, mas os jurados impuzeram 18 anos de prisão. Passados 14 anos, surgiu Grimaldos, vivo e são... Tinha Tinha ido para fóra do seu país.

O nosso entrevistado prosseguiu:

— Passemos agora ao Brasil. Um individuo, de nome Ferreira de Carvalho, foi condenado a 21 anos de prisão, acusado de ter degolado duas mulheres, que residiam na rua do Senhor dos Passos, no Rio de Janeiro.

As investigações levaram seis meses e foram presas mais de cem pessoas. O desgraçado morreu, mais tarde, na cadeia, assassinado por um colega de prisão. Só depois de morrer se provou a sua inocência. Fóra uma mulher, Flora Gonçalves, inimiga declarada do acusado, que falsamente o denunciou. Pres-tou-se a isso por 50 mil reis, que também um inimigo de Ferreira de Carvalho lhe pagou. Tudo no processo foi tumulto e confusão, inclusive as peripécias clinico-legais que causariam riso, se não fôsem lastimáveis.

Juntaram ao acusado principal mais cinco ou seis co-autores ou cúmplices; foram todos absolvidos, e, no entanto, a acusação concebera o delicto com o concurso deles...

E concluiu:

— Já vê que tudo isto só se pode dizer em segredo.

Policia Técnica

Não mexa no cadáver...

O desconhecimento, por parte do publico, de comessinhas regras da técnica policial, vem constantemente prejudicar a acção das autoridades no interpretar dos casos affectos ao seu estudo.

E' vulgar, o publico, ao deparar-se-lhe um cadáver, retirá-lo da posição em que se encontra, quer para descobrir a sua identidade, quando está com a face oculta, quer para afastá-lo da poça de sangue em que mergulha.

Esta última ocorrência é quasi sempre dictada por um sentimento de piedade humana, digno até de elogios, se não fóra as complicações que sempre acarreta.

Assim, a posição do corpo, que traria elementos seguros para a reconstrução do que se passou, alterada por esse modo, leva quasi sempre a policia a uma presunção de cumplicidade e aos aborrecimentos que essa suspeita traz consigo, além da destruição quasi que completa de vestigios importantísimos para a investigação.

A destruição de vestigios, então, é mais comum ainda.

O proprietário duma casa arrom-

bada, quando leva a comunicação do facto à Policia, já desfez inteiramente o desalinho do local do roubo, arrumou nas prateleiras tudo que delas havia sido derrubado, colocou em ordem os papeis dispersos aqui e ali, varreu e espanou tudo, desfez, enfim, os mais preciosos traços do rasto criminoso.

Leva à policia uma lista completa dos prejuizos e, para isso, remove todos os objectos, mexe e remexe em tudo, com a afflicção de um homem que foi roubado.

Quando a policia chega ao local, tudo está mudado e com o aspecto lúsidio de dia de festa.

A única pista que lhe resta é a presunção, algumas vezes descabida, porém a única que o publico lhe deixou de sobra.

Todos nós sabemos o que é uma suspeita e poderemos avaliar o trabalho insano, para provar se ela é ou não errada.

Há, portanto, conveniência imperiosa de conservar intangível os locais de crime.

CIÊNCIA PENITENCIÁRIA

pelo Dr. João Chaves

(Continuação do número anterior)

Se é certo, por exemplo, que leis oportunas sobre o reconhecimento dos filhos naturais, a investigação da paternidade, o casamento, o divórcio podem prevenir muitos crimes — abortos, infanticídios e até homicídios por vingança; se a utilização dos mais adequados sistemas económicos pôde diminuir outras espécies de delitos, não seria impunemente que arrancaríamos, nos exemplos figurados, ao Direito Civil as magnas questões que só dentro da sua filosofia e pelo seu método próprio devem ser estudadas convenientemente; á Economia Política os factores económicos, que só dentro no seu mecanismo complicado podem produzir os efeitos que lhe são assinalados. E a ciência que abrangesse todo esse vasto programa seria uma ciência *geral* compreensiva de todas as ciências particulares relacionadas, uma *ciência única*, devemos dizer, porque em todos os departamentos do saber humano é possível encontrar sempre *meios preventivos* do crime; o que é ainda uma prova contra a pretendida separação da ciência preventiva.

Assentado isto, podemos concluir, aceitando em parte o pensamento da definição de Cuche, que a ciência penitenciária tem por fim o estudo das funções de todos os meios directos de repressão ou prevenção e da organização prática da sua adaptação a essas funções.

O nosso conceito tem a seu favôr, além da demonstração filosófica e prática de que o fizemos preceder, a autoridade de Howard Wines, um dos penitenciaristas mais em destaque nos Estados Unidos da América. Incrédulo ainda da constituição autónoma da ciência penitenciária, embora lhe atribua *um objecto perfeitamente delimitado, um programa e a organização de um método pelo qual pode ser estudada*.

Daí decorre naturalmente o seu objecto dichotómico — *a repressão e a prevenção dos crimes*. Ela ocupa-se, pois:

1.º Da pena:

- a) organizada como função da emenda dos criminosos;
- b) como função da segurança individual e publica.

2.º De meios vários organizados como função da neutralização dos factores potenciais da criminalidade.

Claro é que não incluímos entre esses *meios* senão os que, além de

eficazes, possam ser organizados pelos processos peculiares á ciência penitenciária. Assim reconhecemos que a vagabundagem e a mendicidade são dois factores preponderantes da criminalidade, sob uma certa relação e, como diz Adolphe Prins, o *estágio* do crime. Pois bem: organizemos contra esses factores ou para os neutralizar um regime de trabalho em estabelecimentos especiais, de que são exemplo notável as *Workhouses* na Inglaterra. Aí está a acção da ciência penitenciária indicando e organizando um *meio preventivo* contra o crime. Da mesma maneira procede ela para combater a embriaguez e o alcoolismo, outros factores terríveis da criminalidade; e o abandono moral e material da infancia, a causa principal da grande criminalidade juvenil.

Conhecido o objecto da ciência penitenciária, resta-nos somente investigar o método que devemos seguir no seu estudo.

No dominio da criminologia pura, como no da aplicada, pensamos com Almena que o único método aceitável por ser o único verdadeiro e prático é o do *naturalismo* critico, método *positivo* subordinado aos processos de observação, de experimentação e de critica. «Pela observação e experimentação chegamos ao *naturalismo* indispensável para sentir bem os fenómenos de cuja manifestação dependem os factos sujeitos ás ciências que analisamos, e pela *critica*, com o recurso da comparação, da indução e da dedução, excluimos os absurdos, a que nos levaria o radicalismo da escola antropológica; pois, se o primeiro processo nos faz conhecer os fenómenos, só o segundo nos habilita a interpretá-los e, portanto, a compreende-los convenientemente».

Não se taxe de ocioso consagrarmos-nos ao estudo da pena *in genere*, quando, á parte as idéas exageradas de poucos, esse facto social primitivo, transformado embora pela evolução,

tem sido sempre considerado necessário, hoje como ao tempo dos primeiros agrupamentos humanos. Um livro prático, dir-se-há, não deve perder tempo com as intermináveis questões de pura teoria filosofica! Mas é um engano pensar assim a respeito da pena. De um lado, porque o ponto de vista que tem suscitado uma controversia sem fim é o de sua causalidade — a justificativa ou explicação do direito de punir — o aspecto metafísico de suas teorias e aquele que não nos prenderá absolutamente a atenção, tão inocuo e fóra de propósito êle seria numa obra como esta. Do outro, porque o estudo da pena *in specie* deve ser precedido do de suas *funções*, do de sua *finalidade*, base de todo sistema penal, tanto em relação ao poder legislativo, como ao judiciário e ao administrativo, os diferentes órgãos que intervem para a sua fixação. Também «a pena condicionada por seu fim e não mais por sua causa» é o programa da politica criminal moderna e, portanto, da ciência penitenciária. Graças a êle três professores notáveis, o primeiro dos quais infelizmente desaparecido, — Lizst, van Hamel e Prins — fundaram á União Internacional do Direito Penal, com o fim prático sobretudo de uma aproximação necessária entre o direito positivo e a criminologia moderna, e dêsse tentamen, servido por um periodico importante que é o seu *Bulletin*, tem advindo ás leis ultimamente elaboradas e em elaboração preciosas inovações.

Examinemo-la, pois, sob êste aspecto, começando, como é mister, pelo seu estudo histórico.

A pena teve sempre um caracter social. Mesmo sob a forma de vingança privada, que em lugar de preceder, como se pensa geralmente, parece ter coexistido com a expiação pública, aquela para os factos externos contra inimigos estrangeiros, estas para os crimes internos contra os próprios co-associados, o que dominava na pena não era a simples satisfação do instincto individual de defeza, senão também a idéa de um *dever social*, manifestada embora por uma maneira bárbara e imperfeita do próprio desforço da vitima ou de seus parentes, em consequência da não organização ou organização muito incompleta do poder social. A vingança era uma reacção social autorisada pelo *costume*, fonte única da coesão necessária nas primeiras sociedades.

(Segue no próximo número)

São Luís Telef. 27172

OS MELHORES PROGRAMAS
AS MELHORES FITAS

Em exhibição:

Nos Mares da China

128 - 11
para telefonar

para a policia...



é preciso ter telefone

é preciso ter telefone para telefonar,
é preciso telefonar para que a vida
nos seja mais fácil, para que tudo
se abrevie e simplifique.

para ter telefone dirija-se à

The Anglo Portuguese Telephone Co. Ltd.

R. Nova da Trindade, 43-LISBOA